

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.188 - TO (2019/0273446-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CAPIM DOURADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : ELADIO MIRANDA LIMA - RJ086235
ALEXANDRE MIRANDA LIMA E OUTRO(S) - RJ131436
JEFFERSON COELHO FERREIRA - RJ130043
PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL - RJ159485
GABRIELA PACHECO VIEIRA FERREIRA - RJ195953
RECORRIDO : SUCENA & SABINO LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : ALESSANDRO DE PAULA CANEDO E OUTRO(S) - TO001334A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 105):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. DECISÃO MANTIDA. 1. Nos termos do Art. 919, § 1º, do CPC, para a concessão de efeito suspensivo à execução, é necessária a conjugação dos requisitos estabelecidos na lei processual, quais sejam: 1) requerimento da parte; 2) presença dos requisitos para concessão da tutela provisória, 3) que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes; os quais estão todos presentes na hipótese. 2. O embargante alega matérias relevantes nos seus embargos, como: a ausência de liquidez do título e o excesso de execução, às quais podem influir de forma determinante na continuidade do processo executório, cujo mérito somente será apreciado pelo Juízo de 1º Grau, quando do julgamento final dos embargos, após a devida instrução processual. 3. A suspensão da execução se mostra como medida mais adequada e proporcional, considerando as circunstâncias da demanda e que não trará qualquer perigo de dano/prejuízo ao exequente, haja vista que o seu crédito está totalmente garanti do e, acaso os embargos sejam, por fim, julgados improcedentes, o valor da dívida será acrescido de todos os consectários decorrentes da mora dos devedores, inclusive do período de suspensão da execução em decorrência da apreciação dos embargos. 4. Agravo de Instrumento desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 126-130).

Nas razões do especial, alega o recorrente violação dos arts. 5º, LIV e § 2º, da Constituição Federal e 919, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que "a regra é a do recebimento dos embargos sem obstar o andamento da ação de execução, em respeito ao princípio da razoável duração do processo" (e-STJ, fl. 144).

Insurge-se quanto à suspensão da ação de execução, sem o efetivo preenchimento dos requisitos autorizadores.

Aduz que, para o deferimento da suspensão a execução já deve estar garantida por penhora, ou seja, não basta apenas a sua indicação por petição nos autos.

Busca, outrossim, o regular prosseguimento da ação de execução por título extrajudicial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 154-160 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 162-165 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Impõe-se salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do STF, como é o caso da pretensa violação do art. 5º, LIV e § 2º, como o princípio da razoável duração do processo.

Sobre o tema, destaca-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) – AÇÃO MONITÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO A INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ, ACOLHEU O AGRAVO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGOU-LHE

PROVIMENTO.

IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

2. Não há falar em violação aos artigos 515, § 1º, e 535, inciso II, do CPC/1973, na hipótese em que o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide. O fato de a decisão ser contrária aos interesses da parte recorrente não configura negativa de prestação jurisdicional. Precedentes.

3. Revela-se inviável alterar o entendimento da Corte estadual que, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela comprovação do fato constitutivo do direito do requerente, tendo em vista o óbice contido no Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgRg no AREsp 531.844/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, Julgado em 4.10.2016, DJe 10.10.2016)

No tocante à alegação relativa à concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, o Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas da demanda, entendeu que foram preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 919 do NCPC e que houve integral garantia da dívida executada "com a indicação à penhora de bens de Alessandro Canedo de Paula, que passou a integrar o polo passivo da execução, de modo que os bens de sua propriedade indicados à penhora são plenamente aptos a garantir o Juízo" (e-STJ, fl. 102).

Extrai-se, ainda, do acórdão ora impugnado (e-STJ, fl. 103):

Neste contexto, a suspensão da execução se mostra como medida mais adequada e proporcional, considerando as circunstâncias da demanda e que não trará qualquer perigo de dano/prejuízo ao exequente, haja vista que o seu crédito está totalmente garantido e, acaso os embargos sejam, por fim, julgados improcedentes, o valor da dívida será acrescido de todos os consectários decorrentes da mora dos devedores, inclusive do período de suspensão da execução em decorrência da apreciação dos embargos.

Destarte, na hipótese dos autos há a garantia suficiente da dívida executada e verifica-se a presença de elementos que

evidenciem o perigo de dano aos embargantes e, na via oposta, inexistir risco de prejuízo ao exequente (Art. 300, do CPC).

Assim, estando plenamente configurados os requisitos legais, é plenamente cabível a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução.

Desse modo, a revisão do preenchimento dos pressupostos para a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução exigiria o vedado reexame de matéria fático-probatória contido na Súmula 7 do STJ.

Em casos similares, incide o mesmo óbice:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 919, § 1º, DO CPC/2015. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 919, § 1º, do CPC/2015 prevê que o magistrado poderá atribuir efeito suspensivo aos embargos à execução quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: (a) requerimento do embargante; (b) relevância da argumentação; (c) risco de dano grave de difícil ou incerta reparação; e (d) garantia do juízo.

2. No caso, diante das premissas fáticas constantes no acórdão, está demonstrado o dano de difícil ou incerta reparação necessário à suspensão da execução, mormente a alienação da propriedade rural da família, uma vez que aquela unidade familiar pode ter prejuízo nas atividades que pratica no imóvel rural.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.462.571/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13.8.2019, DJe 27.8.2019)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A, § 1º, DO CPC. EXCEPCIONALIDADE DOS FATOS CIRCUNSTANCIADOS NOS AUTOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ NO INTERESSE PÚBLICO. FUNDAMENTO CENTRAL INATACADO. SÚMULAS Nº 283 E 284 DO STF. AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Embora em regra seja necessária a prestação da garantia, na hipótese em comento, as conclusões do Colegiado estadual no sentido de conceder o efeito suspensivo aos embargos à execução foram firmadas em razão da excepcionalidade das circunstâncias fáticas delineadas nos autos. A revisão no sentido de se aferir a existência ou não da excepcionalidade constatada pelo acórdão recorrido demanda o revolvimento de matéria fática, o que é defeso a esta Corte nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

3. A suspensão foi determinada pela Corte local com fundamento central no exercício do poder geral de cautela concedido ao juízo e no interesse público. Este fundamento não foi devidamente impugnado no recurso especial, a atrair a aplicação, por analogia, das Súmulas nº 283 e 284 do STF.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 797.159/RO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 7.2.2017, DJe 20.2.2017)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora